



**Bianca Camargo Martins  
(Organizadora)**

# **Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços 3**



**Bianca Camargo Martins  
(Organizadora)**

# **Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços 3**

**Atena**  
Editora  
Ano 2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
A772	Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : planejando e edificando espaços / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Arquitetura e Urbanismo. Planejando e Edificando Espaços; v. 3)  Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-846-5 DOI 10.22533/at.ed.465191912  1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Projeto arquitetônico. I. Martins, Bianca Camargo. II. Série.  CDD 711
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O foco da presente edição do livro “Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços 3” ressalta a multiplicidade de enfoques e abordagens relacionadas à arquitetura e ao espaço urbano, disseminando visões e saberes acerca desses conhecimentos.

Em tempos em que a divulgação científica é vital para a continuidade das importantes pesquisas aqui desenvolvidas, a Atena Editora reafirma seu compromisso em ampliar e democratizar o acesso ao conhecimento.

Os textos aqui contidos são um convite à reflexão e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, sejam elas particulares ou públicas, distribuídas entre vários estados, socializando o acesso a estas importantes pesquisas.

Boa leitura!

Bianca Camargo Martins

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
MUSEU SENSORIAL DO CERRADO SENSORIAL MUSEUM OF CERRADO	
Fabiane Krolow	
Karina Marcondes Colet	
Paulina Aparecida Damin Soldatelli	
Paula Roberta Ramos Libos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4651919121</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
TEATRO VARIEDADES EM RIO CLARO - SP: RECONSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA ARQUITETÔNICA	
Ícaro Fassoli	
Marcelo Cachioni	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4651919122</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>32</b>
AS POTENCIALIDADES PARA ALÉM DO AÇO: O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL NAS CIDADES DO INTERIOR DE GOIÁS. UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE SÃO LUIZ DO NORTE/GO	
Richardson Thomas da Silva Moraes	
Ana Amélia de Paula Moura Ribeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4651919123</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>48</b>
INFORMAR PARA PRESERVAR: A ARQUITETURA MODERNA NO BALNEÁRIO DE CABEÇUDAS	
Giselle Carvalho Leal	
Thayse Fagundes e Braga	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4651919124</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>60</b>
ACESSIBILIDADE EM PATRIMÔNIO CULTURAL: ANÁLISE DO CENÁRIO DO CONJUNTO FRANCISCANO EM JOÃO PESSOA-PB, POR PORTADORES DE DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA	
Deborah Padula Kishimoto	
Raissa Silva Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4651919125</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>72</b>
OS TOMBAMENTOS VIA LEIS MUNICIPAIS, VALIDADE E IMPLICAÇÕES: O CASO DA MANCHA FERROVIÁRIA DE SANTA MARIA- RS	
Cristiane Leticia Oppermann Thies	
Daniel Maurício Viana De Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4651919126</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>83</b>
O INVENTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO E RESGATE DA MEMÓRIA: O CASO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO – CAMPUS SÃO PAULO	
Amanda Regina Celli Lhobrigat Melissa Ramos da Silva Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4651919127</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>96</b>
O POUSO DE TROPAS COLONIAL EM BENTO RODRIGUES: O CASO DOS TRABALHOS DE RESGATE ARQUEOLÓGICO PÓS DESASTRE	
Magno augusto coelho santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4651919128</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>108</b>
ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA DECORATIVA: A POLICROMIA DO RETÁBULO DO ALTAR-MOR DA IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCOS DA PENITÊNCIA EM FLORIANÓPOLIS/SC	
Laís Soares Pereira Simon	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4651919129</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>122</b>
ESTADO ARQUITECTÓNICO DE LA IGLESIA DEL CARMEN DE LA VILLA 25 DE MAYO, MENDOZA – ARGENTINA	
Guadalupe Cuitiño Alfredo Esteves Laura Najjar	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>134</b>
CAPOEIRA: INSTRUMENTO ALTERNATIVO PARA FOMENTAR A AFROCIDADANIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL	
Luciene Gustavo Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>147</b>
A CIDADE DE BIRIGUI - SP E SEU PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO PAISAGÍSTICO: O MERCADO MUNICIPAL E SUA PRAÇA ADJACENTE	
Fabrícia Dias da Cunha de Moraes Fernandes Korina Aparecida Teixeira Ferreira da Costa Jayne Lopes Moura	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>159</b>
A PAISAGEM CULTURAL DE AMARANTE, PI E A EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO	
Andréa Lourdes Monteiro Scabello	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191213</b>	

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>172</b>
ANÁLISE DA PAISAGEM: O PATRIMÔNIO E A PAISAGEM CULTURAL EM VERANÓPOLIS/RS – BRASIL	
Paula Fogaça Alina Gonçalves Santiago Dirceu Piccinto Júnior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191214</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>190</b>
HISTÓRIA, CULTURA E LAZER EM CONEXÃO: INFLUÊNCIA DA CRIAÇÃO DO PARQUE DA CIDADANIA NA CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM DA ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DA CIDADE DE TERESINA-PI	
Lara Jhélia de Sousa Sampaio Mariana Luiza Bezerra Sampaio Hanna Morganna de Deus Alves Augusto César Barros de Moura Neiva Myrlla Lorene de Macedo Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191215</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>202</b>
A ATIVIDADE COMERCIAL EM FEIRA DE SANTANA (BA): USOS DO ESPAÇO PÚBLICO	
Alessandra Oliveira Teles	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191216</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>217</b>
MINHOÇÃO: ENTRE O TRANSGREDIR E O MEDIAR OS BENS COLETIVOS PRODUZIDOS A PARTIR DE INICIATIVAS DE MORADORES, MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES	
Maria Isabel Camañes Guillén	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191217</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>231</b>
DO PIONEIRISMO AO ESQUECIMENTO: AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS DE FERNÃO VELHO, MACEIÓ-AL	
Mônica Peixoto Vianna Carina Letícia Rodrigues Oliveira Falcão Hugo Fernando Calheiros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191218</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>244</b>
EFEITOS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO NA PAISAGEM DO MUNICÍPIO DE BARRA LONGA, MINAS GERAIS	
Teresa Cristina Guerra de Andrade Maria Luiza Almeida Cunha de Castro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191219</b>	



<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>256</b>
A EXPANSÃO URBANA DE MARINGÁ COMANDADA PELA CTNP E SEUS FUNCIONÁRIOS DO ALTO ESCALÃO	
Layane Alves Nunes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191220</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>264</b>
A OFERTA IMOBILIÁRIA DE SALVADOR PARA A ALTA RENDA: UTOPIAS, ISOTOPIAS E HETEROTOPIAS	
Sarah Nascimento dos Reis	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191221</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>278</b>
URBANISMO BIOCLIMÁTICO: AMBIÊNCIA URBANA E PATRIMÔNIO DA PRAÇA TOCHETTO EM PASSO FUNDO, RS	
Evanisa Fátima Reginato Quevedo Melo Mirian Carasek	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191222</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>290</b>
MODIFICAÇÃO DA HABITAÇÃO: UMA AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO NO CONJUNTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL EWERTON MONTENEGRO GUIMARÃES EM VILA VELHA-ES	
Bruna Gonçalves Merisio Cynthia Marconsini Loureiro Santos Liziane de Oliveira Jorge	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191223</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>302</b>
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: INFLUÊNCIA DO PAPEL DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRESTADA PELO ESCRITÓRIO DE ENGENHARIA PÚBLICA (EPTEC) PARA O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE FEIRA DE SANTANA	
Eufrosina de Azevêdo Cerqueira Diogenes Oliveira Senna Adriele Souza da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191224</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>316</b>
POSSIBILIDADES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA NO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO URBANA: O CASO DOS PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	
Reginaldo Magalhães de Almeida Iara Cassimiro de Oliveira Luiza Abreu Campos Almir Teixeira Esquárcio Julia Malard Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191225</b>	

<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>328</b>
POLÍTICA NACIONAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS: UMA ANÁLISE DE SUA APLICAÇÃO NO MUNICÍPIO DE GUANAMBI - BA	
Bruno Miola da Silva Poliana Bomfim Coutrin	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191226</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>344</b>
AVALIAÇÃO DE SOLUÇÕES PARA MANUSEIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NAS HABITAÇÕES MULTIFAMILIARES DO RIO DE JANEIRO	
Alice Magalhães Garcia Souza Maria Cristina Moreira Alves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191227</b>	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>357</b>
MECANISMO INTELIGENTE DE GERAÇÃO DE UMA EXPRESSÃO ARQUITETÔNICA COM O AMBIENTE AUTOMATIZADO	
Wanessa Glanzel Hoffmann Josana Fernandes da Rosa Marcos Rocha Galvão Fagundes de Souza Cleverson Porto da Silva Fernanda Barreto Rafael Bastos Duarte José Wanderson Oliveira Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191228</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>370</b>
O RIO GRANDE DO SUL E AS FONTES SUSTENTÁVEIS: ANÁLISE DA MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO	
Denise de Souza Saad Danielle de Souza Saad Caryl Eduardo Jovanovich Lopes Clarissa de Oliveira Pereira Hugo Henzel Steinner	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191229</b>	
<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>380</b>
ESTUDO DE MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS EM PONTES E VIADUTOS DE CONCRETO ARMADO NA CIDADE DE CUIABÁ-MT	
Guilherme Antonio Rosa e Silva Nogueira Barbosa Camila Raia Santos Bastos Raquel Alves Fernandes da Silva Maria Fernanda Fávero Menna Barreto Ana Paula Maran	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46519191230</b>	
<b>CAPÍTULO 31</b> .....	<b>393</b>
INFLUÊNCIA DA ADIÇÃO DE AGREGADO RECICLADO EM CONCRETOS: UM ESTUDO SOBRE O CISALHAMENTO EM ELEMENTOS ESTRUTURAIS	
Max Silva Michelle Cordeiro	

<b>CAPÍTULO 32</b> .....	<b>406</b>
REAPROVEITAMENTO DA CONCHA DE MARISCO COMO AGREGADOS EM ARGAMASSAS E CONCRETOS NÃO ESTRUTURAIS	
João Manoel de Freitas Mota Ronaldo Faustino da Silva Yuri Barros Lima Moraes Ângelo Just Costa e Silva André Miranda Santos	
DOI 10.22533/at.ed.46519191232	
<b>CAPÍTULO 33</b> .....	<b>417</b>
AZULEJARIA BRASILEIRA E DESIGN	
Flávia Marques de Azevedo Esperante	
DOI 10.22533/at.ed.46519191233	
<b>CAPÍTULO 34</b> .....	<b>424</b>
CHAPECÓ/SC E PASSO FUNDO/RS: ESTUDO COMPARATIVO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS	
Ana Laura Vianna Villela Gabriela Borges da Silva Emanuelli Schneiders Aléxander Augusto Ortmeier Maryon Brotto Isadora Zanella Zardo	
DOI 10.22533/at.ed.46519191234	
<b>CAPÍTULO 35</b> .....	<b>441</b>
PLANEJAMENTO URBANO EM SÃO PAULO, FASE PIONEIRA DOS ANOS 1950-60	
Adilson Costa Macedo Altamir Clodoaldo Rodrigues da Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.46519191235	
<b>CAPÍTULO 36</b> .....	<b>447</b>
POR UMA AUTONOMIA CONCRETIZÁVEL: FUNDAMENTOS PARA A ARQUITETURA EM REGIÕES DE FRAGILIDADE SOCIOESPACIAL E AMBIENTAL	
Vera Santana Luz	
DOI 10.22533/at.ed.46519191236	
<b>CAPÍTULO 37</b> .....	<b>472</b>
COMO O URBANISMO TEM SIDO OPERADO EM PROCESSOS DE CONCESSÃO: A APLICAÇÃO DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO URBANA	
Carolina Heldt D'Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.46519191237	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>493</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>494</b>

## A CIDADE DE BIRIGUI - SP E SEU PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO PAISAGÍSTICO: O MERCADO MUNICIPAL E SUA PRAÇA ADJACENTE

### **Fabrcia Dias da Cunha de Moraes Fernandes**

Universidade do Oeste Paulista-UNOESTE.  
Faculdade de Engenharia de Presidente Prudente  
fabrcia.arquiteta@gmail.com

### **Korina Aparecida Teixeira Ferreira da Costa**

Universidade do Oeste Paulista-UNOESTE.  
Faculdade de Engenharia de Presidente Prudente  
korina.arq@gmail.com

### **Jayne Lopes Moura**

Rua Ulisses Ramos de Castro, 258, Bosque. CEP  
19010-110. Presidente Prudente-SP.  
jaynelopes@pjarq.com.br

**RESUMO:** A memória de uma comunidade é construída de acontecimentos e histórias, essas representadas muitas vezes por edificações que são testemunhas de uma sociedade. A preservação dessa memória consiste no fato de resguardar algo do passado àqueles do futuro. Como grande parte do interior paulista, a cidade de Birigui cresceu a partir da Estrada de Ferro Noroeste, que fez com que sua economia inicialmente com base na agricultura se estruturasse e desenvolvesse a cidade. O Mercado Municipal de Birigui, com sua arquitetura modernizante, fez parte de um grande período de ascensão da cidade e produzia vitalidade ao local inserido. Atualmente, tanto o edifício, como o espaço público a ele anexo, sofrem com degradação

e abandono, o que leva o local a outros problemas sociais e urbanísticos. O presente trabalho, ao reunir informações, por meio de pesquisas bibliográficas e documental, bem como a análises in loco do Mercado Municipal de Birigui e da Praça João Arsênio Vieira, visa viabilizar a identificação, inventário e reflexão sobre os dois pontos nodais, que historicamente contribuíam como processo de formação de Birigui por meio de seus respectivos usos, bem como aspectos arquitetônicos paisagísticos. O Mercado Municipal, que foi inaugurado em 1962, por meio de parceria privada e pública, a fim de ser um espaço para comércio do grande polo agrícola da época, fez parte e representa uma fase complementar histórica de sua cidade e comunidade, tanto por sua localização, dados históricos e participação da memória de uma comunidade, acarretaram em significação e pertencimento àquela comunidade, podendo definir a importância quanto patrimônio do edifício sobre sua cidade e significância cultural. Portanto, atualmente ambos necessitam ser reinseridos da cidade e dessa maneira perpetuar a memória de Birigui.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio arquitetônico e paisagístico; Mercado Municipal; arquitetura modernizante; memória coletiva; Birigui-SP.

## **SOBRE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E RESGAURDO DA MEMÓRIA**

As primeiras delimitações de critérios de atuação sobre objetos patrimoniais, surgiram no final do século XIX, com contribuições teóricas relacionadas aos valores estéticos e históricos, que permitiram um crescimento gradativo do estudo do ambiente histórico. O termo ambiente histórico é utilizado por Ruffini (2013) que seria não apenas a construção ou monumento histórico, mas todo seu entorno como uma moldura de valorização do elemento, que nesse período tomará maior importância para análises de monumentos.

Segundo a Carta de Veneza (1964, p. 1) “[...] as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares.” O ato de reconhecer uma obra como patrimônio e de preservar um monumento, gera a responsabilidade de transmiti-la com autenticidade às gerações futuras. A restauração e novo uso ao edifício retoma a memória a fim de resguardar e compartilhar à outro tempo.

Com o interesse cultural em aspectos memoriais, estéticos, simbólicos, fins educativos e históricos, a motivação para a preservação passará a ser ética, cultural e científica. Nesse contexto, a preservação está embasada na forma de não se apagar traços de uma geração e garantir a transmissão multidisciplinar de conhecimento. O reconhecimento dos bens como portadores desse saber, deixa as ordens práticas em segundo plano, de tal modo que sejam empregadas como meio a preservação e não apenas como finalidade determinante (KÜHL, 2008).

Kühl (2008) afirma que durante o século XIX houve constantes ações burocráticas e teóricas a respeito de inventários, experimentações práticas e medidas legais para regulamentar a preservação de bens históricos. As propostas conservativas tinham grande apelo formal e as pátinas causadas pelo tempo, para esses discursos tinham como representantes John Ruskin (1819-1900) e Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879).

A conservação de uma obra histórica é de interesse coletivo daquilo que mantém um vínculo entre passado, presente e possíveis relações ao futuro, logo são instrumentos de expressão da cultura de um grupo em um tempo contínuo. Kühl (2008, p. 57) afirma que “monumentos históricos são sempre únicos, não reproduzíveis e devem portar consigo para o futuro seus elementos caracterizadores e as marcas de sua translação do tempo”. As admoestações de Dvořák são dadas no intuito de que a preservação respeita a diversidade e assegura uma forma de manifestação coexistam entre gerações, e que continuem a ser suportes físicos da memória coletiva.

A teoria defendida por Robert Pane, segundo Ruffini (2013) estabelecia um diálogo entre preexistência com a arquitetura atual, com estudos minuciosos

sobre a base do restauro crítico. Já na década de 1950, o historiador e arquiteto Roberto Pane produzia extensas defesas à conservação do ambiente históricos, esses compreendidos como monumentos únicos e coletivos, aos quais se somavam o monumento em si e seu entorno.

Contudo, a relação do antigo-novo se dá ao contraste de um artefato rico em passado e uma imagem nova que deveria se impor com critério e respeito ao existente. O detalhe é que na intervenção de um preexistente, o arquiteto deve empregar meios técnicos com juízo críticos. “E a salvaguarda desse ambiente [...] seria [...] a manutenção de relações de massas e de espaços, situação que consente a inserção de um novo edifício, desde que este se subordine às escalas e relações preexistentes.” (RUFINONI, 2013, p. 117).

Somente no final do século XIX que as práticas mais conservativas ganharam espaço nesse cenário da preservação, ao qual Camillo Boito propõe princípios da restauração, em que se baseia na ênfase do valor documental das obras e o fato de se evitar acréscimos, mas que quando necessário esse fosse de caráter diverso do original. Desse modo, as alterações todas sobre a obra não deveriam se destoar do conjunto, em que se estrinja ao necessário apenas de forma simplificada, para que se evite a perda da caracterização do objeto. Assim, seus princípios visavam o respeito sobre as várias fases do bem no tempo, devendo tudo ser documentado e registrado para fins de outras gerações (KÜHL, 2008).

Durante esse período de passagem dos séculos houve muito a busca pelo estado de conservação supostamente completo e original, como consequência das críticas as intervenções destrutivas, dado que se firmariam os preceitos do valor documental em âmbito nacional no século XX. Como destaque temos Gustavo Giovannoni como um dos autores de propostas a favor dessa linha de pensamento, que participou da elaboração final do documento oficial Carta de Restauro de Atenas de 1931 (KÜHL, 2008).

A questão do tratamento da análise da obra, sendo antes por Giovannoni de maneira subdividida em categorias, e no restauro-crítico de maneira articulada, é a diferença mais nítida entre as cartas representativas do restauro, respectivamente: Carta de Restauração de Atenas de 1931, e Carta de Veneza de 1964 (KÜHL, 2008).

A intervenção em patrimônio, quando é necessário inserir elementos faltantes, deve-se segundo Carta de Veneza (ICOMOS, 1964, p.3) “[...] integrar-se harmoniosamente ao conjunto [...] a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte e de história.” O projeto de intervenção ao patrimônio, ainda segundo a Carta de Veneza (ICOMOS, 1964) deve respeitar o edifício em todos os aspectos, composições formais e relações entre o meio, a fim de transmitir a próximas gerações às características essenciais daquele testemunho histórico.

Segundo Kühl (2008) a discussão sobre restauro ganhou maturidade com as

proposições de autores que superaram os debates até então com foco documental, logo, os discursos de meados do século XX encavam o restauro como histórico-crítico. Essa linha de pensamento trabalha concomitantemente as áreas de materialidade, documental e formal do monumento, defende o respeito às pátinas e marcas do tempo, evidenciando que qualquer intervenção ao monumento tem consequências sobre a leitura da obra, o restauro passa a ser uma forma de controle do projeto.

Assim, ficou denominado como Restauro Crítico, um conceito do restauro que era essencialmente sob um processo histórico-crítico ao qual, era necessário a análise única da obra, sem bases pré-determinadas em categorias genéricas. Autores como Bonelli e Pane, se posicionaram diante a teoria, que articulavam correntes estéticas dadas por Cesare Brandi. No que lhe diz respeito, Brandi tem seus fundamentos na estética, historiografia e crítica da arte.

Sobre o campo disciplinar, Cesare Brandi foi essencial para a consolidação do restauro sob o pensamento crítico, opondo-se empirismo que até então era utilizado. O que Brandi pretendia se contrapondo, era de formar uma teoria articulada para uma aplicação prática consistente, diferente das largas genealogias feitas até então. Dessa forma, a produção multifacetada de Brandi, trabalhando os campos da história e crítica de arte, assim como a estética e a restauração, em que os temas se aprofundam e articulam.

Esse reconhecimento da obra passa por diversas vertentes, como estratificações históricas, transformações temporais, forma e materiais, e reflexões de arte, história e filosofia diante a obra. Segundo Rufinoni (2013, p.128) “Brandi vem consolidar, portanto, o afastamento do restauro da ação personalizada ou empírica”, ele estabelece que jamais o restauro deve partir de escolhas arbitrárias e critérios estudos devem ser multidisciplinares para qualquer intervenção. Na teoria brandiana existiam dois tipos de historicidade: a primeira do ato de criação do artista, ao tempo e lugar, e a segunda da incidência da obra no presente de maneira contínua, com seus traços que perpetuaram ao tempo. Assim, Brandi valoriza toda a trajetória histórica na configuração formal da obra.

O conceito de restauro segundo Brandi (2004), tem como primícias entender o objeto como dois tipos: produtos industriais ou obras de arte. Produtos industriais são aqueles ao qual a restauração está completamente ligada a funcionalidade do produto. Já a obra de arte, mesmo que tenha uma funcionalidade, como as obras arquitetônicas, essa é tida como um objetivo secundário e não fundamental. “Em geral, entende-se por restauração qualquer intervenção voltada a dar novamente eficiência a um produto da atividade humana” (BRANDI, 2004, p.25).

Segundo Brandi (2004, p. 29) aponta que a relação entre a restauração e obra de arte está em que a obra de arte condiciona a restauração. “[...] é essencial para a obra de arte o seu reconhecimento como tal [...]”. Esse reconhecimento trata da

matéria e a questão da consciência da experiência com a obra, a obra de arte tem relação direta com o reconhecimento da própria.

Brandi (2004, p. 127) caracteriza a intervenção de percepção imediata “ao fazermos isso, não ultrapassamos os limites da epoché que nos impusemos, pois, a nossa integração é fenômeno no fenômeno e como tal não se esconde”. Brandi (2004) aponta que não existe uma receita para o tratamento de lacunas, mas sim, o princípio de que os dois tempos da história serão sempre distintos, ou seja, não cometer o falso histórico sobre a obra de arte e nem qualquer ambiguidade de valor histórico.

As intervenções em bens legais são tidas atualmente como ações culturais, segundo Kühl (2008), ligadas à preservação de um edifício ou espaço histórico. No Brasil, a preservação engloba vários atos, como: políticas públicas, registros legais, providências e tutela de bens, inventários e educação patrimonial. Assim como, essas intervenções, como ato físico, funcionam como: manutenção, conservação e restauração, termos esses discutidos a mais de meio século como já descrito nesse capítulo.

Para Kühl (2008) o restauro e a conservação em discussões atuais, não prendem somente àquilo que é considerado obra de arte, mas principalmente às obras modestas que se tornaram essencialmente culturais com o tempo. Tomadas como símbolo histórico, as obras apresentam ser testemunho do fazer humano, sendo assim, atualmente existe a ênfase documental com variados autores que seguem princípios brandianos. Dessa maneira, as obras sendo ou não obras de arte como Brandi definia, as obras são analisadas e respeitadas sobre os aspectos históricos e estéticos concomitantemente.

A fim de discutir a necessidade da conservação de espaços que resguardam memórias de uma sociedade, é preciso entender que a memória se divide em dois tipos: social e pessoal. Sendo que uma faça parte da outra na construção da identidade de um grupo, ao passo que existam veículos que colaboraram ao compartilhamento dessa memória a gerações futuras.

Segundo Nunes (2015) a memória, em seu sentido mais simples da palavra, de lembrar algo, é um ato fundamental para a construção e fortalecimento de uma sociedade. Estabelecendo uma relação entre o social e pessoal, e, memória coletiva e memória individual, Halbwachs (1990 apud NUNES, 2015) afirma que a construção dessa lembrança parte de um grupo, que é reforçada e recriada por gerações. Essa memória coletiva, como mais pertinente na construção da identidade de um grupo, temos que essa memória é “[...] uma reconstrução desse passado usando recursos do presente, e ancorada por reconstruções anteriores” (NUNES, 2015, p.40).

Definindo mais especificamente esses dois grupos de memória, sendo o indivíduo envolvido em ambas, a memória coletiva é aquela memória histórica,



que é mais extensa e esquemática. Já a outra, a memória individual é aquela autobiográfica, tida como interior e pessoal, é mais contínua e densa, porém depende da memória coletiva, já que a memória individual faz parte da memória coletiva (HALBWACHS, 2013).

Os espaços e monumentos tem um papel de passar uma aprendizagem sobre memória fora do cotidiano atual, assim compartilha uma memória lapidada em espaço físico, proporcionando as novas gerações o reconhecimento e a possibilidade do sentimento de pertencimento. São lugares que se ligam ao passado, como já dito antes, por algum acontecimento ou fato importante à construção da identidade daquele grupo, que quando conservados carregam esta identidade por gerações (NUNES, 2015).

Como forma de garantir o direito ao passado e a cultura de uma população, Ansara (2005) afirma que é de fundamental importância a elaboração de políticas da memória e de preservação do patrimônio cultural e histórico, em tornar público arquivos e fonte de fatos importantes à sociedade, assim como, reconhecer espaços memoriais populares. Entretanto, Ansara (2005) ressalva que não se deve confundir uma política com a outra, ao qual o patrimônio histórico é uma representação do passado que consagra vínculos coletivos da memória. Já a memória, é um fenômeno que se mantém atual com os vínculos do que se foi vivido e como presente.

De tal modo, temos a relevância da conservação da memória de uma sociedade que pode ser representada em um edifício como o objeto em estudo: Mercado Municipal de Birigui - SP, um edifício que é símbolo de um período do auge do crescimento econômico da cidade e desenvolvimento da agricultura na região. Reconhecendo essa importância de resguardar a memória coletiva, ao qual poderá ser lembrada através de um espaço físico, essa significância será adquirida por gerações que não vivenciaram o período histórico, mas que terão um monumento simbólico como referência da memória.

## **OBJETO DE ESTUDO: MERCADÃO E PRAÇA DE BIRIGUI-SP**

Birigui, conhecida cidade Pérola, está localizada no Noroeste do Estado de São Paulo, à 507 km da capital paulista, que assim como outras cidades da região, Birigui cresceu a partir da Estrada de Ferro Noroeste, responsável pela Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (COEFNOB), que nos quilômetros 259 e 261 da ferrovia formou seu povoado (CORDEIRO, 1984, p.53; GHIRARDELLO, 2002).

A região de Birigui teve grande apressa pela agricultura devido aos seus aspectos geográficos e o clima, que favorecem a produção agrícola. Segundo Serra (2006) o relevo de Birigui é suave e com solo fértil, tem perfeitas características para a agricultura mecanizada e traçados rodoviários. Apesar do seu grande êxito

na economia agrícola durante décadas, mas atualmente é considerada a Capital do Calçado Infantil na América Latina (SERRA, 2006).

O período do cinquentenário de Birigui foi uma transição histórica ao mercado econômico, a industrialização ganhava espaço para alcançar avanços e promover melhorias. Eleito como prefeito da cidade, Renato Cordeiro (1928-2007) tinha anseios sobre fortalecer e construir uma base para a industrialização que agregaria valores à já consolidada agricultura. Na Figura 1 temos a inauguração do Mercado Municipal de Birigui, uma das obras realizadas para enaltecer o comércio agricultor e industrial (CORDEIRO, 1984).

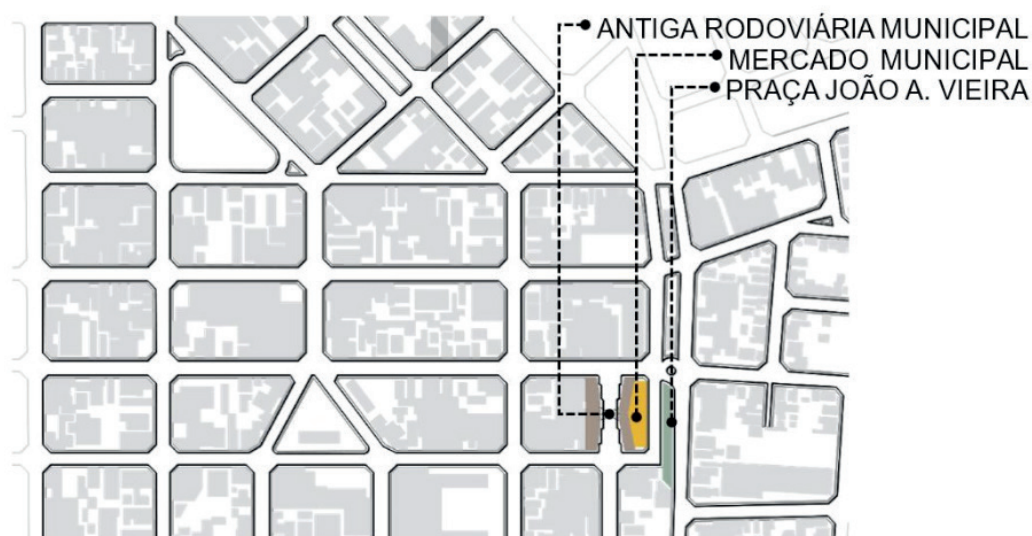


Figura 1 - Implantação do Mercado Municipal na Malha Urbana de Birigui.

Fonte: Base do Mapa de Zoneamento Urbano de Birigui, adaptado pelos autores.

As obras oferecidas pelo governo no período do cinquentenário, tinha como propósito segundo Cordeiro (1984, p. 115) “[...] encarar de frente o processo de industrialização e urbanização.” Dentre as obras estão o Mercado e Rodoviária Municipal. Ambos fazem parte desse processo de acolher visitantes a cidade e promover o comércio local.

O Mercado Municipal de Birigui, conhecido como Mercadão, foi inaugurado em 1962 pelo prefeito até então Renato Cordeiro, na cidade que passava por um momento importante economicamente, obtinha prestígios no setor agrícola da região e passava por transformações industriais que impulsionaram a economia local. Por esse motivo, a cidade inaugurou diversas obras que buscavam essa onda de modernização e evolução econômica de Birigui, dentre estas obras se destacam o Mercado Municipal e a Antiga Rodoviária, conhecida como Rodoviária Velha (CORDEIRO, 1984).

O edifício do Mercadão possui um estilo arquitetônico híbrido (Figura 2), isso significa que ele mescla duas linguagens arquitetônicas que neste caso, buscavam

uma afirmação moderna. Tanto o Mercadoão como a Rodoviária Velha possuem uma referência singela ao estilo arquitetônico Art Decó, muito presente em obras do seu entorno, assim como do movimento moderno. Desse modo, os edifícios representam essa referência através da composição de volumetrias e formas geométricas, que podem ser observadas na fachada.



Figura 2 – Mercado Municipal de Birigui em 1961.

Fonte: Arquivo Sergio Godinho, acervo do Museu Histórico Dr. Renato Cordeiro. Modificado pelos autores, 2018.

A organização espacial do Mercadoão se dá a partir de espaços comerciais, que chamaremos de Boxes. Existem três tipos: os Boxes Externos que são voltados para as vias, os Boxes Internos de parede alta, que são distribuídos na área periférica interna do edifício, e os Boxes Internos de parede baixa, localizados no centro do edifício, são mais simples que o anterior e só possuem fechamentos por paredes de 1,50m. Atualmente, a preexistência está em estado deplorável de conservação, revestimentos e cobertura estão em degradação e inabitáveis atualmente. A cobertura foi arrancada em partes por intemperes, causando riscos de acidente no ambiente interno do Mercadoão.

Sobre o estado de conservação da outra preexistência em análise, a Praça João Arsênio Vieira (Figura 3), encontra-se com uma manutenção superficial, pois foram realizados procedimentos como pintura e cortes da vegetação cerca de um ano atrás. Entretanto, somente a manutenção correta do local não favorece qualidade para a utilização do mesmo. A praça só é utilizada nas proximidades do ponto de ônibus, que inclusive foi instalado recentemente, o restante da praça é subutilizado por moradores de rua. Essa condição causa o afastamento de transeuntes que antes utilizavam a praça para ‘cortar caminho’ em direção ao bairro.



Figura 3 – Praça João Arsênio Vieira, 2018

Fonte: Autores, 2018.

A preexistência se tornou o objeto de estudo do trabalho justamente pela condição atual, atrelada ao fato de que exista o pertencimento da comunidade e a conservação da memória sobre o edifício e seu entorno, sobre um aspecto urbano e social diante sua localização. Assim, ao propor uma intervenção para restauração do local, permite agregar valores ao edifício e seu entorno sem perder a historicidade. Tanto por sua localização, dados históricos e participação da memória de uma comunidade, podemos definir a importância quanto patrimônio do edifício sobre sua cidade.

Sobre tal importância, segundo a Carta de Veneza (1964) o monumento histórico é aquele que tem uma significância cultural, onde por algum momento foi um testemunho à uma civilização particular. A restauração é algo multidisciplinar, compartilhando de todas as técnicas e ciências que contribuam ao estudo e salvaguarda da obra. Como salvaguarda da memória, para a restauração e reutilização de um edifício com caráter histórico, é preciso compreender sua experiência no tempo e a historicidade do espaço. Para Brandi (2004, p.25) “Em geral, entende-se por restauração qualquer intervenção voltada a dar novamente eficiência a um produto da atividade humana”. O edifício do Mercado Municipal de Birigui carrega a experiência histórica de seu tempo de fundação e função comercial, ao qual se pretende resgatar a memória coletiva e social promovendo o novo uso que complete o espaço público.

Ao pensar no edifício de maneira não fracionada, o espaço público em que o Mercado está inserido é um espaço completamente democrático, no que se refere

à diversidade de pessoas e usos. “[...] conotações objetivas e subjetivas o espaço público contém, por sua própria essência, uma característica fundamental: permite conectar lugares e pessoas de todo tipo e procedência, em qualquer momento.” (ALOMÁ, 2013, p.1).

Como o vazio no edifício do Mercado e mais a Praça, resultam, hoje em dia, em uma ausência ressentida, ao passo que a arquitetura exista, mas sem o suporte para essa usufruição completa, será proposto diretrizes ao Mercado Municipal de Birigui, que perpassam o fortalecimento de novas integrações com o edifício e sua história, de maneira que, seu entorno, em essencial a Praça João Arsênio Vieira poderá propiciar um programa que agregue ao edifício, assim fortalecendo seu elo.

De tal modo, a praça, localizada no entorno adjacente ao Mercado, poderia ser um espaço remanejado a ser uma área livre para recreações, vivência e lazer, não compete tal função, principalmente pelos motivos já citados de degradação e insegurança. Seu único atrativo atual é à sombra de suas grandes árvores, entretanto, é possível notar um vazio urbano, já que a praça não é utilizada como um todo.

Uma possível resignificação sobre o edifício histórico do Mercado Municipal de Birigui tem por princípio a base do conceito de restauração, tomado por Brandi (2004) em retomar a eficiência de um produto de atividade humana. A obra, que está em estado de degradação por abandono, resguarda a experiência de um tempo em que a sociedade vivenciava seu espaço como um elemento de passagem e vivência, aos usuários do Terminal Urbano, e, espaço de comércio como sua função essencial.

Ao intervir na área em estudo, se garantirá estrutura para um novo uso ao local, de maneira que o elemento norteador seja retomar a vivência do espaço, onde a lacuna deixada pelo tempo, será o veículo de integração e permanência à quem utilizada o Terminal Urbano e a Praça. O resgate da memória social e coletiva da sociedade, toma forma através da valorização da edificação histórica e conservação de seus aspectos construtivos e estéticos. Desta maneira, se compreenderá o edifício como parte da memória de toda uma sociedade, para assim, recuperar o valor histórico e funcional do espaço.

Um direcionamento de solução para a situação atual seria a requalificação do Mercado de Birigui integrado com o espaço público de suas imediações e a Praça João Arsênio Vieira. Desse modo, serão dadas algumas diretrizes possíveis, para reestruturação do espaço interno do Mercado, em com uma intervenção que preserve e restaure elementos arquitetônicos da obra, e que permitam um diálogo ao espaço público. A valorização dos preceitos de que o edifício carrega em si, uma memória coletiva e testemunho histórico de um período da cidade. Seu entorno, provido de um espaço público subutilizado e o vazio tomado pelo Mercado, se tornam uma lacuna que deve ser preenchida com novos usos diversificados, produzindo uma vitalidade ao espaço.

Desse modo, pode-se elencar algumas diretrizes projetuais para o edifício em termos de reestruturação e restauro, que proporcionem uma estrutura para comerciantes e espaços de vivência para os transeuntes locais. Assim como, ações que criariam suportes para integrar o espaço público ao edifício, soluções urbanísticas que priorizem o pedestre para incentivar a utilização do Mercado e da Praça, e medidas de infraestrutura pública para melhorar a segurança e utilização desse espaço. Pode-se discriminar: Remodelação do layout do Mercado com proposta de boxes em design metálico com modulações que podem ser ampliados conforme a necessidade; Preservação a locação das estruturas do edifício, assim como a implantação que produzem a circulação existente; Restauro da estrutura do Mercado, sendo a cobertura o maior desgaste; A escolha de permanecer com a circulação interna existente do Mercado, prioriza a rua pública interna que cruza o edifício no sentido longitudinal; Planejamento de fachadas vivas do Mercado.

Dessa maneira, amplia-se a percepção do espaço público que envolvia o edifício. Assim, a proposta em desenvolvimento é tida como um projeto de um conjunto, ao qual reestrutura elementos que qualificam tanto o espaço público como não públicos. Os benefícios de um espaço público de qualidade, geram oportunidades de áreas mais seguras, caminhos que potencializam encontros e atividades, que fortalecem a vivacidade de um local, que no caso das preexistências, estavam em completo abandono e vazio urbano.

A ideia de não pensar no objeto isolado, requalifica seu entorno para incentivar a utilização do mesmo, em práticas de um espaço restaurado com respeito histórico e propriedades de resguardo da memória. O edifício do Mercado, quando restaurado e reestruturado para receber um novo uso, voltar a ter sua função de objeto de passagem, mas principalmente, com áreas de lazer e convivência, ativam espaços de permanência junto as áreas de alimentação. Que se integra totalmente por uma rua compartilhada, até a Praça de estudo, ao qual também abriga uma estrutura que comporta atividades diversas. Essa diversidade de funções e vivência do espaço como um todo, qualifica a utilização sadia da comunidade no coração da cidade de Birigui.

## REFERÊNCIAS

ANSARA, Soraia. Memória política da ditadura militar e repressão no Brasil: uma abordagem psicopolítica. Tese de Doutorado em Psicologia Social. São Paulo: PUC-SP, 2005.

ALOMÁ, Patricia Rodríguez. **O espaço público, esse protagonista da cidade**. 2013. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/01-162164/o-espaco-publico-esse-protagonista-da-cidade>>. Acesso em: 10 nov. 2017

BRANDI, Cesare / O conceito de Restauração / In: / BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. [Teoria del Restauro] Tradução de KÜHL, Beatriz Mugayar. 1ª Edição. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

CORDEIRO, R. **Birigui: compromisso com o futuro**. Brasília: Centro Gráfico, 1984.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Centauro, 2013. Tradução de: La mémoire collective. 2 ed.

ICOMOS. Carta de Veneza. Veneza: 1964.

KUHL, Beatriz Mugayar. Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos do restauro. 2008. Editora Ateliê Editorial. Cotia -SP.

KUHL, Beatriz Mugayar. Catecismo da preservação de monumentos. Max Dvořák. 2008. Editora Ateliê Editorial.

NUNES, Andréa B. Memória e ferrovia : diferentes gerações relembando a experiência da Cia. Paulista de Estradas de Ferro Em Rio Claro. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades. 118 f. Escola de Ciências, Artes e Humanidades, Universidade de São Paulo., São Paulo, 2015.

RUFINONI, Manoela R. Preservação e Restauro Urbano: Intervenções em sítios históricos industriais. São Paulo. Editora Fap-Unifesp : Edusp. 2013.

SERRA, Áurea Esteves. Birigui: cidade pérola. São Paulo: Novha Editora, 2006. Coleção Conto, canto e encanto com a minha história.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acessibilidade 60, 61, 62, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 93, 194, 197, 204, 314, 388, 453  
Apropriações 217, 219, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 424  
Argamassa 103, 393, 395, 396, 407, 409, 410, 411, 412, 415, 465  
Arqueologia Pós Desastre 96, 99  
Arquitetura moderna 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 368, 417, 420, 422, 457  
Arquitetura sensorial 1  
Automação 357, 363, 364, 368, 369  
Avaliação pós-ocupação 290, 292, 293, 301

### B

Bacia de evapotranspiração 357, 365

### C

Capoeira 37, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146  
Concreto 20, 56, 57, 102, 104, 166, 224, 365, 366, 380, 381, 382, 384, 386, 388, 389, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 400, 402, 404, 405, 406, 407, 410, 413, 415, 416, 457, 459, 461, 465, 466  
Construção sustentável 357, 359  
Cultura 2, 4, 5, 6, 8, 11, 13, 15, 16, 30, 33, 34, 35, 37, 38, 41, 42, 46, 47, 48, 52, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 88, 95, 99, 106, 123, 132, 134, 135, 136, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 152, 162, 163, 164, 165, 168, 170, 173, 174, 175, 185, 186, 188, 190, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 216, 219, 223, 229, 230, 241, 242, 254, 286, 381, 422, 437, 448, 452, 457, 460, 468

### D

Desastre ambiental 244  
Documentação 12, 32, 42, 54, 58, 72, 80, 83, 90, 93, 94, 106, 117, 118, 325, 356, 383, 462

### E

Educação patrimonial 92, 93, 151, 159, 192, 199, 200  
Engenharia pública 302, 303, 304, 311, 314  
Espaço de preservação 1  
Espaço público 147, 155, 156, 157, 195, 197, 198, 202, 208, 210, 213, 214, 215, 217, 219, 225, 227, 229, 230, 276, 283, 287, 288, 289  
Expansão urbana 256, 257, 259, 260, 261, 263, 276, 302, 304, 305, 307, 309, 310, 311, 312, 314

### F

Fontes renováveis 370, 371, 373

### H

Habitação 64, 194, 233, 264, 270, 290, 291, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 304, 314, 316, 319, 321, 327, 344, 440, 442, 448, 451, 457, 466, 468



Habitação de interesse social 270, 301, 319, 327

Habitação evolutiva 290

## I

Impacto socioambiental 244

Inventário 59, 63, 79, 80, 83, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 147, 178, 179, 180, 181, 182, 323, 445

## M

Manutenção 42, 51, 149, 151, 154, 183, 204, 206, 209, 213, 215, 236, 239, 247, 280, 285, 298, 329, 341, 347, 349, 350, 351, 352, 380, 381, 382, 386, 388, 390, 391, 429, 452, 455, 459, 484, 490

Matriz energética 370, 371, 372, 373, 374, 375, 377, 378, 379

Meio ambiente 1, 3, 6, 7, 8, 11, 12, 47, 159, 161, 165, 170, 196, 244, 245, 248, 254, 255, 328, 329, 331, 332, 333, 334, 335, 339, 340, 341, 342, 343, 345, 356, 366, 370, 372, 375, 394, 395, 404, 407, 447, 448, 462, 467, 468

Memória 14, 15, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 42, 46, 47, 54, 58, 70, 72, 74, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 89, 92, 93, 94, 95, 106, 109, 141, 147, 148, 151, 152, 155, 156, 157, 158, 165, 172, 174, 178, 183, 216, 229, 238, 241, 243, 246, 282, 288, 423

Memória coletiva 34, 38, 42, 46, 147, 148, 151, 152, 155, 156, 158, 165, 174, 183

Mineração 35, 46, 96, 97, 105, 107, 244, 245, 246, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255

Museu 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 30, 43, 65, 81, 82, 106, 154, 169, 170, 185, 186, 192, 193, 196, 197, 200, 409, 480, 490

## P

Paisagem 2, 32, 34, 35, 38, 40, 46, 47, 81, 87, 98, 107, 120, 159, 161, 162, 163, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 186, 187, 188, 190, 196, 197, 198, 199, 201, 220, 222, 244, 245, 246, 247, 250, 252, 255, 279, 280, 284, 285, 288, 289, 424, 437, 453

Parque 1, 5, 8, 9, 10, 11, 17, 43, 44, 45, 122, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 221, 224, 251, 254, 308, 311, 372, 436, 480, 484, 490

Patologias 101, 313, 380

Patrimônio 4, 5, 14, 32, 35, 42, 45, 48, 50, 54, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 94, 95, 96, 100, 105, 107, 108, 109, 111, 112, 114, 120, 134, 135, 136, 140, 141, 145, 147, 148, 149, 152, 155, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 178, 179, 180, 181, 184, 187, 188, 190, 191, 194, 195, 197, 198, 200, 231, 243, 244, 245, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 255, 260, 278, 279, 280, 282, 285, 288, 289, 310, 370, 381, 422, 446, 449, 453, 491

Patrimônio cultural 60, 61, 62, 63, 64, 65, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 90, 95, 96, 100, 105, 134, 135, 136, 140, 141, 145, 152, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 178, 179, 187, 190, 200, 244, 245, 253, 255, 370, 491

Patrimônio histórico 5, 14, 54, 63, 64, 71, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 89, 95, 107, 114, 136, 141, 148, 152, 163, 180, 190, 191, 194, 195, 197, 198, 200, 255, 278, 280

Patrimônio industrial 32, 35, 42, 45, 231

Pintura 10, 19, 85, 108, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 130, 138, 154, 228, 237

Planejamento urbano 120, 275, 278, 289, 321, 439, 440, 441, 443, 444, 470, 472, 487, 488, 491  
Policromia 108, 109, 110, 111, 120  
Pontes 380, 381, 382, 391, 392  
Preservação 1, 2, 3, 8, 12, 32, 42, 46, 48, 50, 51, 59, 63, 64, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 99, 106, 109, 110, 120, 136, 142, 147, 148, 149, 151, 152, 157, 158, 163, 164, 165, 168, 172, 174, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 199, 249, 280, 286, 289, 310, 319, 332, 427, 453, 463, 477, 491

## R

Reconstituição 14, 24, 391  
Regularização fundiária 302, 304, 308, 309, 310, 311, 314, 316, 317, 319, 320, 321, 322, 324, 326, 327  
Resíduos 299, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 353, 354, 355, 356, 393, 394, 395, 396, 404, 405, 406, 407, 408, 414, 415, 452, 453, 465, 467  
Resíduos sólidos urbanos 331, 333, 334, 335, 338, 339, 341, 344, 394

## S

Serviço social 134, 135, 136, 144  
Sustentabilidade 6, 89, 170, 194, 200, 246, 255, 284, 291, 344, 346, 354, 358, 361, 366, 367, 369, 446, 447, 448, 452, 459, 468

## T

Teatros 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 30, 31, 81, 225  
Território 41, 74, 82, 159, 162, 163, 170, 172, 173, 174, 176, 177, 187, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 227, 248, 254, 318, 329, 422, 423, 424, 425, 427, 428, 429, 430, 433, 434, 436, 438, 448, 453, 463, 466, 471, 472, 474, 475, 476, 477, 479, 480, 482, 484, 490

## V

Valorização 4, 42, 48, 49, 87, 93, 95, 113, 145, 148, 156, 164, 175, 187, 190, 191, 195, 197, 199, 283, 308, 458

